

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA
COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA MUNICIPAL - DTP/SMTC
DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Decisão nº 44 / 2021 CMRI

Porto Alegre, 06 de julho de 2021.

Recurso nº 003539-21-88

Recorrente: Sigiloso

Órgão Requerido: Departamento Municipal de Água e Esgotos - DMAE

Relator: Procuradoria-Geral do Município - PGM

1. Relatório

1.1 Resumo do pedido original

Trata-se de solicitação de acesso à lista atualizada de devedores do DMAE (pessoas físicas e jurídicas), em planilha, em formato aberto (*.csv, *.xlsx), contendo:

1 Lista atualizada de todos os devedores do DMAE, contendo: a) o nome/razão social; b) o CPF/CNPJ; c) o valor total da dívida; de:

1.1 Todas as pessoas jurídicas de direito privado devedoras;

1.2 Todas as pessoas jurídicas de direito público devedoras;

1.3 Todas as pessoas naturais devedoras.

No que diz respeito aos dados de pessoas naturais, informa que a prática adotada em outros órgãos públicos brasileiros é a divulgação do CPF na íntegra. Não obstante, admite-se que seja fornecido o CPF parcialmente ofuscado ou com supressão parcial de dígitos, para fins de controle e desambiguação.

1.2 Razões do órgão/entidade requerida

O DMAE, inicialmente, deferiu o recurso, possibilitando o acesso aos dados (Procurador Municipal **Ricardo Cioccaro Timm**).

Após, o DMAE forneceu parcialmente os dados, só que em formato de PDF.

Em face disso, o requerente recorreu perante o DMAE.

Ocorre que, posteriormente, o DMAE indeferiu o recurso, por entender que os dados estariam albergados pela Lei Geral de Proteção de Dados. O Parecer jurídico é da lavra da Procuradora Municipal **Fabírcia Lacerda Marder, que estava substituindo, na oportunidade, o Procurador Ricardo Timm**.

1.3 Razões do recorrente

O requerente requer que os dados sejam fornecidos em formato aberto, conforme assegura a legislação vigente (art. 24, IV da LF 12.965/2014 e art. 8º, §3º, II e III da LF 12.527/2011).

O DMAE confirma que a resposta foi encaminhado em pdf, conforme dados constantes na planilha 13596748 (SEI 21.10.000000657-3).

Em síntese, o recorrente sustenta a inaplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados à hipótese, pois se trata de dados públicos, não cobertos por sigilo, nos termos do art. 198, § 3º, II, do Código Tributário Nacional.

Reitera que a restrição de acesso a informações, nos termos do Capítulo V da LAI, deve ser fundamentado e sempre por prazo determinado, devendo estes fundamentos, devidamente esclarecidos, serem registrados num termo de classificação de informações assinado por autoridade pública competente, isto não foi feito neste caso, o que implica ainda maior irregularidade na restrição de acesso aos dados públicos.

2. Análise de admissibilidade do recurso

O recurso foi interposto tempestivamente, sendo o requerente parte legítima

para solicitar o reexame da matéria.

3. Análise do mérito

Diante do conflito de entendimentos jurídicos diversos externados por diferentes Procuradores do DMAE, entendemos acertado o posicionamento constante do Parecer da lavra do Procurador Municipal **Ricardo Cioccarì Timm**, conforme documento n. 13208649 do SEI n. 21.10.000000657-3, no seguinte sentido:

“Consta no doc. 13034613 pedido de reexame da decisão que indeferiu o requerimento de acesso à informação, nos termos do despacho 12971331. Anexado também o doc. 13202860 contendo pedido semelhante, de outro requerente.

Assiste razão aos requerentes. Conforme recorrido na Nota Técnica 8433296, desta PME, o sigilo de informações é hipótese excepcional, nos termos do art. 3º, I, da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação. Ainda, a divulgação de informações relativas às inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública é permitida pelo art. 198, §3º do Código Tributário Nacional. Não há que se falar, portanto, em sigilo fiscal.

Dessa forma, entende-se que os pedidos estão em condições de atendimento, recomendando-se, todavia seja ocultada parcialmente a numeração do CPF dos devedores”.

Com efeito, exige-se, à hipótese em tela, a interpretação sistemática da Lei Geral de Proteção dos Dados (Lei 13.709/18) **ante** a Lei e Acesso à Informação (Lei 12.527/11) e o Código Tributário Nacional (CTN – Lei 5.172/66, recepcionado com status de Lei Complementar na ordem constitucional de 1988).

E, no caso, o art. 198, § 3º, II, do CTN é cristalino e explícito em permitir a divulgação dos dados relativos a inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública:

Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. ([Redação dada pela Lcp nº 104, de 2001](#))

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a: [\(Incluído pela Lcp nº 104, de 2001\)](#)

I – representações fiscais para fins penais; [\(Incluído pela Lcp nº 104, de 2001\)](#)

II – inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública; [\(Incluído pela Lcp nº 104, de 2001\)](#)

III – parcelamento ou moratória. [\(Incluído pela Lcp nº 104, de 2001\)](#)

E isso porque as informações da lista de devedores na inscrição da dívida ativa são dados públicos, conforme assim expressamente definido pela lei de regência. Assim, não estão cobertos pelo sigilo, já que não são dados privados.

Desse modo, não sendo dados privados, a Lei Geral de Proteção de Dados não se constitui obstáculo à aplicabilidade e eficácia da norma do Código Tributário Nacional.

Além disso, a norma do CTN é especial, devendo prevalecer em face da norma geral da LGPD, conforme o princípio da especialidade, nos termos do art. 2º, § 2º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/42).

Nesse sentido também é a jurisprudência dos tribunais superiores.

Após o início da vigência da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), o **Superior Tribunal de Justiça REAFIRMOU** a vigência e aplicabilidade da aludida norma específica do CTN.

Do inteiro teor do RECURSO ESPECIAL nº 0235309-69.2015.8.21.7000 RS 2015/0280531-0, o Ministro do **STJ** GURGEL DE FARIA, em Decisão monocrática publicada em 11 de abril de 2019, assim afirmou: “**o art. 198, parágrafo 3º, do CTN, garante explicitamente a publicidade da inscrição em dívida ativa da Fazenda Pública**”.

Destaque-se, outrossim, que no âmbito da União e do Estado do Rio Grande do Sul, os dados públicos referentes aos devedores inscritos em dívida ativa são normalmente divulgados com base no CTN, conforme se verifica dos seguintes links:

<https://www.listadevedores.pgfn.gov.br/>

Acresce-se que, até o momento, o STF não declarou a inconstitucionalidade do dispositivo do CTN.

Assim, **incide de forma cogente e inafastável o princípio da presunção da constitucionalidade das leis**, segundo o qual as leis e os atos normativos em geral existentes no ordenamento jurídico devem ser presumidos constitucionais, salvo se houver declaração judicial de inconstitucionalidade.

No intuito de demonstrar a aplicação deste princípio pelo Supremo Tribunal Federal, colacionamos o acórdão proferido no julgamento do Inquérito 1864/PI:

“INQUÉRITO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PARLAMENTAR FEDERAL. PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO FEDERAL COMPETENTE, PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO EM RELAÇÃO AOS CO-RÉUS. 1. O art. 9º da Lei nº 10.684/03 goza de presunção de constitucionalidade, não obstante esteja em tramitação nesta Corte ação direta de inconstitucionalidade, sem pedido de liminar. 2. Comprovado nos autos, através de ofício da Procuradoria Federal Especializada, o pagamento integral do débito imputado ao parlamentar federal indiciado, é imperativo o reconhecimento da extinção da pretensão punitiva estatal. 3. Denúncia não recebida em relação ao parlamentar, por estar extinta a punibilidade dos fatos a ele imputados, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei nº 10.684/03. 4. Os autos devem ser remetidos ao juízo federal competente da Seção Judiciária do Piauí, para regular prosseguimento em relação aos co-réus” (STF, Inq 1864/PI, Pleno, Rel. Min. Joaquim Barbosa, v.u., j. 02/04/2007, DJ 03/08/2007).

Segundo Luís Roberto Barroso, “o princípio da presunção de constitucionalidade dos atos do Poder Público, notadamente das leis, é uma decorrência do princípio geral da [separação](#) dos Poderes e funciona como fator de autolimitação da atividade do Judiciário, que, em reverência à atuação dos demais Poderes, somente deve invalidar-lhes os atos diante de casos de inconstitucionalidade flagrante e incontestável” (Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. 7ª

Esse princípio, portanto, cria uma limitação para o Poder Judiciário no controle de constitucionalidade, prestigiando a independência e harmonia dos Poderes, pois confere **maior efetividade aos atos normativos produzidos** pelos Poderes Executivo e Legislativo.

Além disso, a informação solicitada pelo recorrente **não se trata de dado pessoal sensível**, eis que não se refere à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político nem dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.

Por fim, o art. 8º, §3º, II e III da Lei Federal 12.527/2011 prevê, dentre outros, que os dados devem ser fornecidos por meio de sistemas externos **em formatos abertos**:

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).

§ 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos **em formatos abertos**, estruturados e legíveis por máquina;

IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação.

4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por dar provimento ao recurso, determinando a disponibilização da lista de devedores inscritos em dívida ativa em planilha, em formato aberto (*.csv), nos termos do Decreto Municipal 20.315/2019, Art. 4º, Inc. III.

5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificar o recorrente, da presente
Decisão.

De acordo:

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTC**

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**
Divisão de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Procuradoria Geral do Município – **PGM**

Gabinete do Prefeito – **GP**

Recurso CMRI nº 003539-21-88



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 06/07/2021, às 14:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Trisch Mendonça, Servidor Público**, em 06/07/2021, às 14:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 06/07/2021, às 14:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luig Almeida Mota, Servidor Público**, em 06/07/2021, às 14:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Reda Eloy, Técnico Responsável**, em 06/07/2021, às 14:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Dario da Silva Oliveira Junior, Servidor Público**, em 06/07/2021, às 14:42, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Heleno Baptista Franken, Técnico Responsável**, em 06/07/2021, às 14:42, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 06/07/2021, às 14:42, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 06/07/2021, às 14:57, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **14680413** e o código CRC **B67A90DE**.
